

# Jornal do Professor

PUBLICAÇÃO DO SINDICATO DOS DOCENTES DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DE GOIÁS - ANO III- Nº 34 - NOVEMBRO DE 2016

## A quem afinal serve a PEC 55

Everton Tibiriça, da Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas (Face), explica por que o ajuste fiscal é ruim para o crescimento da economia brasileira e para as universidades. **Páginas 8 e 9**

Fotos: Macloys Aquino



**Paixão pela fotografia** - Rosary Esteves e sua devoção na busca por efeitos estéticos. **Páginas 14 e 15**

### EDITORIAL

### Sentimento docente

O ajuste fiscal do governo federal provavelmente será aprovado por dois motivos: por mais impopular que seja o presidente Michel Temer, ele tem força suficiente para a pauta no Congresso; e segundo que os trabalhadores do setor produtivo, aqueles que podem parar o país, não se engajaram na luta contra a PEC 241/PEC 55.

Não se engajaram porque, como tentam explicar os professores Everton Tibiriça (Face/UFG) e Jessé de Souza (UFF) nesta edição, as novas formas de exploração do capital financeiro, através de mecanismos da dívida pública, não são claras como os antigos e já superados mecanismos do capital produtivo, mais-valia, etc.

Num momento tão carente de in-

formações de qualidade, nós, docentes da universidade federal, que poderíamos encontrar aí, na produção de informação, o nosso protagonismo, nos perdemos em divergências e incompreensões internas. Embriagados por ideologias, muitos professores abandonam sua principal ferramenta – a docência – no afã dos discursos e retóricas políticas.

Jamais vamos prescindir da política. Mas que política fazer? De que forma? Quais as melhores estratégias? A última consulta eletrônica da Adufg Sindicato, em que quase 74% de expressivos 1.042 professores votaram rejeitando a greve, contém respostas. E a diretoria da Adufg Sindicato está muito atenta a esses sentimentos.



### MODA

Apparecida Tallon (foto), do Figurinismo ao Design de Moda **Página 13**

### OPINIÃO

'NÃO AGUENTO MAIS REUNIÃO!'

RANÇO FASCISTA NAS OCUPAÇÕES

**Página 2 e 3**

**DEBATE**  
Página 11

**Reforma do Ensino Médio: prós e contras**



Sandro Monsueto\*

# Só eu não gosto de reunião?

Talvez seja melhor começar explicando que não tenho a intensão de parecer arrogante e nem pretendo mudar o mundo com meu texto. Ao ler, considere que é apenas o desabafo.

Tenho a impressão de que sou um dos poucos na UFG que odeia reunião. Vejo todos chegando sorrindo, tapinha nas costas, beijinhos, cumprimentos de como vai, que tal a família, como está sua unidade acadêmica, etc. Ninguém parece se importar com o atraso dos demais e vários não se preocupam em chegar no horário e respeitar a pontualidade de poucos. Reunião na UFG deve ser algum evento social que eu ainda não consegui compreender. Sabe quando você é novo no clube e não entende bem os ritos ou cumprimentos secretos e você fica lá num canto sem ter assunto? Ou quando você era transferido de escola e ficava encostado numa pilastra na hora do recreio vendo todos os outros alunos conversando animadamente e só você que não? Então, esse sou eu.

Resolvi fazer umas contas. Entre os dias 15 de agosto e 31 de agosto, eu tive agendadas, ao todo, 12 reuniões diferentes. Nenhuma reunião foi feita com meus orientandos de graduação (PIVICs e PIBICs). Apenas uma, de menos de 30 minutos, com uma orientanda de mestrado. Aliás, meu gabinete foi mais frequentado por meus orientandos do que por mim, dado que apenas uma dessas reuniões ocorreu lá. Em duas situações, duas reuniões estavam marcadas para o mesmo dia e horário. Apenas duas foram relacionadas à uma pesquisa da qual participo e ocorreram fora da UFG, com pessoas não relacionadas diretamente com a universidade. O e-mail convocando para uma das outras reuniões sequer tinha indicação de pauta e só fui descobrir sobre o que se tratava quando a reunião começou (talvez tenha sido estratégia de quem convocou a reunião, pois se eu soubesse que o assunto era aquele, não teria perdido meu tempo). Em outra reunião, depois de esperar por cerca de 40 minutos pelo quórum mínimo, passamos para uma pauta meramente burocrática, sem impactos relevantes para o desenvolvimento da UFG – a pauta só tinha processos. Em outra reunião, além da pauta também burocrática, tive que aguentar a boa e velha prolixidade de discutir temas sem se chegar em ponto algum, característica que só nós docentes parecemos ter. Outra reunião durou um dia inteiro, pois se tratava de algo que a UFG parece ter uma tara especial, uma coisa conhecida pela alcunha de “planejamento estratégico”. Deve ser algo realmente muito bom, pois vejo os demais professores e técnicos falando essas palavras como se estivessem com açúcar na boca.

Passei cerca de 30 horas em reuniões naqueles 15 dias. Por outro lado, como leciono este semestre em duas turmas de graduação (30 alunos cada) e uma de mestrado (12 alunos), fiquei menos de 22 horas em sala de aula. Entendo que tem docente em situação muito (e muito) pior do que eu. Mas convenhamos, passei mais tempo em reunião do que fazendo uma de minhas atividades fim, que é lecionar, item que, se não me engano, era um dos que mais pesava no momento de meu concurso público. A situação fica irritante quando percebo que isso não é de agora, mas se repete desde que entrei na carreira docente em 2009. De irritante, o caso passa para constrangedor quando me dou conta de que não vejo alguns docentes nessas reuniões e que eles têm o mesmo tipo de contrato que eu (40 horas, DE). Vários deles, com produção científica tão baixa quanto a minha. Ou seja, além de não gostar, me sinto idiota por aceitar participar de tanta reunião. Ou improdutivo, pois nesses 15 dias devo ter escrito menos de uma página de artigo e não tive ânimo para ler nenhum.

Além de docente, sou coordenador de pesquisa da minha unidade acadêmica. Uma função criada sem função pelo nosso novo regimento/regulamento. Então, para o portador desse cargo bizarro não ficar à toa,

o convocam para reuniões para as quais ele não tem a mínima utilidade. Ultimamente, contudo, nessas mesmas reuniões tenho descoberto que estão criando mais trabalho para esse coordenador, mas ninguém me perguntou o que acho disso (acho que não me chamaram para a reunião onde decidem essa parte...). Também sou coordenador de um programa de mestrado, há cerca de dois meses, mas ainda não consegui convocar nenhuma reunião de colegiado, por dois motivos: 1) não tive espaço na agenda por conta de tanta reunião; e 2) sinceramente, estou com vergonha de convocar uma reunião.

Dado que além de membro de diversas reuniões também sou cientista social e pensador nas horas vagas, fico imaginando de quantas reuniões Adam Smith participou enquanto escrevia a Riqueza das Nações. Ou quantos processos burocráticos John Nash assinou enquanto formalizava elementos da Teoria dos Jogos, que lhe renderia o Nobel em Economia. Imagino que esses pensamentos ocorrem entre pesquisadores de todas as áreas, na medida em que deixamos de ser docentes pesquisadores para

meros burocratas e membros inertes de reuniões, colegiados, comissões e câmaras. Mas cá entre nós, não almejo o Nobel. Só quero ser aquilo que fui contratado: pesquisador docente. Quero poder sentar com meus orientandos, preparar uma aula decente, pensar nos problemas de pesquisa de minha área, provocar e ser provocado, sentir que sou alguém útil para a sociedade que paga meu salário e toda a infraestrutura que me rodeia. E se for para alguma reunião, que saia de lá com a sensação de dever cumprido.

Não nego a importância de algumas reuniões. Algumas de fato são importantes. Algumas. Mas naqueles 15 dias do semestre me senti um inútil. Das reuniões que participei, creio que posso dizer que menos de 10% do tempo dedicado a elas de fato serviu para algo. Em uma consegui acesso aos dados que tanto queria para uma pesquisa (que não tive tempo de olhar ainda, adivinhem o motivo). Em outra, conversei com os alunos da Empresa Júnior, mas não tive tempo de executar todas as tarefas que me foram incumbidas de fazer. Em outro momento,

fiz um desabafo sobre o excesso de reuniões durante o intervalo para o almoço de... uma reunião. Nas demais, de verdade, eu poderia estar fazendo qualquer outra coisa que não teria surtido a mínima diferença (numa delas, liguei meu celular e fiquei jogando dominó, enquanto em outra eu fiquei no WhatsApp reclamando que estava numa reunião). E ainda tenho que ouvir gente reclamando que eventos como o Conpeex ficam esvaziados de docentes.

Então, será que só eu não gosto de reuniões? Sou convocado para tantas, mas não apareço sorrindo nelas. Ainda não consegui entender a graça desse evento social tão adorado e aclamado por nossa universidade. Respeito as instituições criadas e sei das boas intenções de seus criadores e participantes. Mas realmente precisamos de tanta reunião assim? Faça você suas contas. Eu fiz as minhas e estou pensando seriamente em faltar ao menos metade das que sou convocado a partir de hoje. Alguém poderá se sentir tentado em abrir um processo administrativo solicitando minha exoneração por conta dessas faltas e de minha confissão. Mas lembre-se de que, para isso, você provavelmente terá de participar de algumas reuniões. Já eu, pretendo aguardar o resultado do processo em sala de aula ou em meu gabinete, junto aos meus orientandos, trabalhando naquilo para o que de fato fui contratado. Quem sabe assim, aquele Qualis A1 finalmente sai.

\*Professor da Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas (Face/UFG)

“ SERÁ QUE SÓ EU NÃO GOSTO DE REUNIÕES? SOU CONVOCADO PARA TANTAS, MAS NÃO APAREÇO SORRINDO NELAS. AINDA NÃO CONSEGUI ENTENDER A GRAÇA DESSE EVENTO SOCIAL TÃO ADORADO E ACLAMADO POR NOSSA UNIVERSIDADE ”



Daniel Christino\*

# Decifrando a esfinge da ocupação

*Dizia a Esfinge aos viajantes: “decifra-me ou devoro-te”.*

Permitam-me iniciar com uma pequena história zen-budista. Ela é minha chave para o fecho do artigo e vou retomá-la depois:

Cansado dos exercícios espirituais um devotado aprendiz resolve interrogar seu mestre sobre o caminho da sabedoria. Ele diz: “Mestre, como lhe ocorreu o Satori”? O Mestre, bem ao modo Zen, lhe responde. “Quando eu era jovem e ignorante, eu achava que árvores eram apenas árvores, rios apenas rios e montanhas apenas montanhas. Quando comecei meu aprendizado, descobri que árvores não eram apenas árvores, rios não eram apenas rios e montanhas não eram apenas montanhas. Quando finalmente alcancei a sabedoria, descobri que árvores são apenas árvores, rios apenas rios e montanhas apenas montanhas, mas um palmo acima do chão”.

Meu primeiro contato efetivo com a ocupação da Faculdade de Informação e Comunicação, na qual estou lotado, foi por um motivo banal. Eu precisava apanhar alguns livros para uma banca de defesa de tese de doutorado na Faculdade de Artes Visuais. O trabalho era sobre bonecos e eu havia, na qualificação, me referido às páginas iniciais do Wilhelm Meister e queria, agora na defesa, especificar mais toda a relação entre vida, educação e arte articulada na alegoria goetheana do teatro de marionetes.

Ao chegar à entrada da FIC parei diante de algumas mesas entulhadas e uma garota sorridente me deu bom dia. Disse-lhe que precisava ir até minha sala apanhar um livro. Ela fez uma careta. “Professor, isso eu tenho que discutir com o coletivo. A gente recebeu ordem pra não deixar ninguém entrar sozinho”. “Você me acompanha”, retruquei. “Olha, essa é uma decisão do coletivo”. “Por favor, preciso do livro, você pode ir lá (me senti indagando uma pitonisa) e dizer isso a eles?”. Ela pediu que eu esperasse.

Cinco minutos depois ela voltou acompanhada de um aluno. Ele me olhou e perguntou. “Qual livro o senhor vai pegar”? Foi minha vez de fazer uma careta. “Preciso de um livro para uma banca de doutorado amanhã. Ele está na minha sala. Eu tenho a chave (mostrei a chave). Queria ir lá pegar”. “É só um livro”? “Talvez mais de um, vou ver quando chegar lá”. Ele me olhou uns segundos e sentenciou. “Tudo bem, vamos lá”. Fui, recolhi alguns livros e voltei. O tempo todo ele me acompanhou e fiscalizou o que eu fiz. Não houve violência nem agressões, apenas aquela sensação kafkiana de ter meus movimentos vigiados enquanto caminhava pela Faculdade.

Este elemento de vigilância é essencial para que possamos entender o fenômeno. Embora o discurso queira passar a impressão de um movimento jovial emoldurado por uma concepção política progressista e democrática, o que acontece, na verdade, é que dentre as primeiras ações efetivas dos estudantes, depois de instalada uma ocupação, está a instituição de uma gestão policial do espaço. Os alunos fazem isto espontaneamente (vamos assumir que assim seja, para o bem da argumentação). Isto é muito relevante porque toda ocupação é uma ressignificação do espaço institucional no qual ela ocorre. Marcar, identificar, vigiar, ou seja, policiar o espaço é uma atividade tão necessária à ocupação quanto promover discussões, saraus, performances, varais de poesia e, tanto quanto estas, define a natureza do movimento e a essência de suas concepções políticas. Este é o cerne de sua contradição: no mesmo ato em que se institui, pela via da ocupação, um espaço libertário e igualitário de protesto, concomitantemente, se institui uma

gestão policial e autoritária deste mesmo espaço.

Há nesta contradição um destino que pode ou não ser assumido. É como se as ocupações pendulassem ora para a contestação flower power de 68 ora para o autoritarismo profascista do tipo *black block*. Acredito que a grande maioria dos professores que apoiam os alunos –, mas não todos! – estão entre aqueles que acreditam neste caráter lúdico e pacífico dos manifestantes; na existência de uma boa vontade pura e inocente capaz de fazer com que nós – docentes velhos, cansados e endurecidos pela covardia e pela brutalidade da vida – possamos ver novamente o mundo “como se fosse pela primeira vez” ou, parafraseando Fernando Pessoa, que os alunos possam nos restituir o “pasma essencial”.

Infelizmente eu não acredito nisso. Se há, de fato, uma dupla natureza nas ocupações, sua versão mais benevolente existe muito mais na imaginação dos alunos, em seu desejo de se lançarem na existência com vigor desorientado. A organização que encontramos de fato nos locais ocupados, é rigorosamente policial.

Dentre tantas possíveis gostaria de listar duas evidências para corroborar esta minha interpretação.

A primeira está ligada ao aparecimento, de modo cada vez mais intenso, de atos violentos nas ações dos estudantes. A invasão da Assembleia da Adufg – que havia decidido livre e democraticamente deliberar sobre a greve longe da algaravia que se fazia do lado de fora do Centro de Eventos – e a subsequente agressão ao presidente da entidade – que terminou em danos materiais –; a retirada à força do diretor do Instituto de Ciências Biológicas; o encarceramento do mesmo diretor dentro da sua unidade, ainda que por breves momentos e vários outros “pequenos incidentes” deixam claro este caráter fascistóide a que me refiro. Não é algo isolado e esporádico, é parte da contradição constitutiva destes movimentos. Ela está ligada a esta gestão policial do espaço.

A segunda tem a ver com o fato de que, pelo menos no discurso dos próprios estudantes, as ocupações se tornam fundamento de si mesmas e o mero ato de ocupar unifica meios e fins, fornecendo a si mesmo sua própria legitimidade. Os objetivos propostos, que deveriam servir de motivação e referência para o sucesso da ação, passam a ser alterados ou mesmo desconsiderados na medida em que vão se tornando improváveis. Por exemplo, se a PEC 55 for aprovada – o que, infelizmente, tudo indica que será – isso não vai significar que o movimento, cujo principal objetivo era impedir sua efetivação, fracassou. Ao contrário, a prova cabal de que ele sempre foi e será necessário é exatamente seu fracasso. Não há outro nome para este tipo de raciocínio senão pensamento mágico. Entretanto, é desta forma que movimentos políticos extremistas se justificam e se legitimam, tornando-se moralmente autorreferentes. Eles constroem uma narrativa que elimina do mundo sua ambivalência e reinstitui um esquema interpretativo baseado no bem contra o mal. E o próprio movimento torna-se o herói melodramático de sua aventura.

Desta forma chego ao final do meu artigo do mesmo modo que iniciei, embora um pouco mais próximo do enigma do que antes. A esfinge, obviamente, ainda me desafia e ameaça. Mas o ganho hermenêutico é sempre um estar disposto a recomeçar, uma retomada contínua das mesmas questões – atenção! – sempre em busca daquele palmo de elevação.

\* Professor da Faculdade de Informação e Comunicação (FIC) e vice-presidente da Adufg Sindicato

**Cena lamentável**

Fotos: Macloys Aquino



Presidente da Adufg Sindicato, Flávio Alves da Silva, é conduzido por seguranças e colegas professores, sob gritos e xingamentos de estudantes, que invadiram a assembleia geral em que docentes decidiriam pela greve, no dia 9 de novembro. "Alguns professores disseram que eu deveria ter continuado, que os estudantes saíam, mas a assembleia já tinha decidido que eles não poderiam participar. E se eu continuasse ali, iria apanhar", diz o professor. O sindicato então fez uma votação eletrônica, em que a greve foi rejeitada por 73,8% de 1.042 votantes.

# Adufg

SINDICATO

18ª Diretoria Executiva  
Sindicato dos Docentes das  
Universidades Federais de Goiás

Flávio Alves da Silva  
Presidente

Daniel Christino  
Vice-presidente

Edsaura Maria Pereira  
Diretora Secretária

Bartira Macedo  
Diretora Adjunta Secretária

Anderson de Paula Borges  
Diretor Administrativo

Thyago Carvalho Marques  
Diretor Adjunto Administrativo

Ana Christina de Andrade Kratz  
Diretora Financeira

Luciana Aparecida Elias  
Diretora Adjunta Financeira

Peter Fischer  
Diretor para Assuntos dos  
Aposentados e Pensionistas

Maria Auxiliadora de  
Andrade Echegaray  
Diretora Adjunta para  
Assuntos dos Aposentados  
e Pensionistas

## Quando um pai mata o filho por conta de política e se mata em seguida

Arnaldo Bastos\*

Certamente, como todo fenômeno complexo, a política possui um lado construtivo, que molda e desenvolve as instituições que permitem a vida civilizada. Mas possui também um lado perigoso e destrutivo que poucas pessoas querem enxergar. Vejam bem: dizer que a política possui uma negatividade não é o mesmo que dizer que "políticos são corruptos", pois mesmo num ambiente político onde a honestidade pessoal é altamente valorizada, o caráter destrutivo da política permanece, pois está ligado a outro fenômeno negativo das comunidades humanas, que é o poder e sua busca violenta. A política é destrutiva porque o seu corolário último, o seu limite dentro da sociedade, é sempre a guerra civil. A guerra civil não é o contrário da política, ela é a realização máxima da política. Quanto mais envolvida em política na sua dimensão destrutiva, de conflito aberto e sectário pelo poder, mais próxima está uma sociedade da forma de conflito mais brutal que existe, que é a guerra fratricida onde irmão mata irmão. Para não se transformar em guerra aberta, as sociedades precisam domar a política, confiná-la a certos limites, exercitar a moderação, institucionalizar conflitos.

A sociedade brasileira, infelizmente, não conhece mais limites para a hipertrofia da política. O lema de "tudo é política" penetrou a fundo na nossa sociedade e caminhamos para politizar plenamente a infância, as escolas, as igrejas e tudo o mais. Não há mais lugar onde a política não dite as regras.

O resultado colhemos ontem (15 de novembro) em Goiânia: um pai matou o filho por intolerância política, pois não aceitava a adesão do mesmo ao movimento das ocupações. Depois se matou. A guerra civil já está instalada entre nós. Já aprendemos a nos odiar



Uma dentre as várias pichações no Campus Samambaia em homenagem a Guilherme "Irish", estudante brutalmente assassinado pelo pai

de uma forma inteiramente desconhecida no passado. Não tardará e em breve iremos galgar novos degraus nesta escalada.

Há quem, fingindo indignação, esteja discretamente feliz. Outros apenas lamentam constrangidos que o cadáver seja inoportuno e favoreça o outro lado. A ambos fica a minha mensagem de alento: ainda poderão reivindicar muitos mortos e consagrar muitos mártires nesta jornada. Na lógica da busca do extermínio do valor do outro, da criminalização das ideias alheias, do messianismo salvacionista, das retóricas que falam do "fim do mundo", não é possível trégua ou convivência. E, certamente, ninguém irá guardar um único minuto de silêncio e reflexão.

Bem vindos à guerra civil, brasileiros. Espero que apreciem a experiência.

\*Professor da Faculdade de Direito da UFG. Texto publicado originalmente em sua conta pessoal no Facebook

## Jornal do Professor

PUBLICAÇÃO DO SINDICATO  
DOS DOCENTES DAS  
UNIVERSIDADES  
FEDERAIS DE GOIÁS

ANO III - Nº 34  
Novembro de 2016  
Idealizador do projeto  
Prof. Juarez Ferraz de Maia

Projeto gráfico original  
Cleomar Nogueira

Editor e repórter  
Macloys Aquino (Fenaj 02008/GO)

Diagramação  
Bruno Cabral

Tiragem  
3.000 exemplares

Impressão  
Cegraf UFG

[jornaldoprofessor@adufg.org.br](mailto:jornaldoprofessor@adufg.org.br)

9ª Avenida, 193, Leste Vila  
Nova - Goiânia - Goiás  
Fone: (62) 3202-1280  
Produção e edição  
Assessoria de Comunicação  
da Adufg Sindicato

# RESPINGOS

Notícias do movimento docente, da vida na UFG e de questões jurídicas sobre o magistério superior

Fotos: Macloys Aquino



“Professores, lutem como os secundaristas”, dizia cartaz de estudantes que invadiram a assembleia geral

## Má língua

Circulava entre docentes a informação de que Edward Madureira ainda estava no MEC, sob o governo de Michel Temer. “Ele trabalha pra golpistas”, acusou um professor. Mas Edward pediu exoneração do cargo no dia 12 de setembro, segundo o *Diário Oficial da União*.

## Golpe

“Nós temos que tomar uma atitude drástica e radical. Ou a gente ocupa aquele sindicato e arranca aquela diretoria de lá, ou a gente vai ficar a mercê dos ditames dessa diretoria podre”, disse um professor do ICB sobre a Adufg Sindicato, em áudio que circulou no WhatsApp.

## Desejo

Romualdo Pessoa, professor do Iesa, lançou sua candidatura a reitor da UFG em uma longa postagem na internet. “Mais do que um desejo, a vontade de lutar por uma universidade viva e sem amarras”, escreveu.

## Corroborar

Pesquisa da Confederação Nacional dos Transportes (CNT) diz que 61% dos jovens brasileiros não se sentem atraídos pelo Ensino Médio. A pesquisa foi utilizada pelo governo para defender a MP 746, a reforma do Ensino Médio.



Carlos Xavier, do ICB, pesquisava no Laboratório de Fisiologia e Terapêutica Cardiovascular pouco antes da ocupação do prédio pelo movimento estudantil, em novembro

## De lua

A União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes), que apoiava o governo Dilma, defendia a reforma do Ensino Médio em 2014. Hoje, é uma importante força de apoio aos movimentos de ocupações em todo Brasil, contra a reforma.

## Mordaça

Nos moldes do “Escola Sem Partido”, a Assembleia Legislativa de Alagoas aprovou, derrubando veto do governo, a lei “Escola Livre”, que proíbe opinião de professor em sala de aula. Procuradoria Geral da República (PGR) e Advocacia Geral da União (AGU) alegam inconstitucionalidade. STF vai decidir.

# CORTE DE PONTO DE GREVISTA GERA APREENSÃO

Sobre a legalização do corte de ponto e os descontos de salários de servidores grevistas, disse Francisco Tavares, professor da FSC, no início da assembleia geral interrompida pela invasão dos estudantes: “Há o entendimento do STF e do Proifes Federação de que como a categoria docente é isenta de ponto eletrônico, não é dado ao poder público presumir a falta. A falta só ocorre após abertura de processo administrativo”. De qualquer forma, pesa a responsabilidade a diretores, que fecham as folhas de pagamento em suas unidades, e que podem sofrer processo administrativo e ação civil pública se prestarem informações falsas sobre frequência.

## Corroborar

O economista francês Thomas Piketty, um dos maiores críticos do capitalismo na atualidade, defende a taxa progressiva de altas rendas e grandes heranças como saída para melhorar a educação e reduzir as desigualdades no Brasil. Repercutimos o assunto nas páginas 8, 9 e 10.

## Perda

Faleceu no dia 27 de outubro o professor aposentado Ruy Rodrigues Silva, conhecido como Padre Ruy, professor da Faculdade de Letras e assessor para Assuntos Internacionais do reitor Joel Ulhôa. Ele foi secretário de Educação do governo Mauro Borges.

## Representação

Adriano Correia Silva, diretor da Fafil, venceu concorrência e vai presidir a Associação Nacional de Pós-Graduação em Filosofia (Anpof). Foi a segunda vez na história da associação em que duas chapas concorreram.



Angelita Lima venceu a disputa com a professora Rosana Borges pela direção da Faculdade de Informação e Comunicação (FIC). “Foi uma boa disputa, com um bom nível”, disse a professora, na primeira vez em que duas mulheres concorreram na unidade. Angelita teve maioria entre docentes e técnicos administrativos, mas perdeu entre estudantes. Ficou 47 votos dos 72 docentes e técnico-administrativos que votaram; Rosana ganhou 271 votos entre os 399 estudantes no pleito. “Agradecida e imensamente feliz com o incontestável e majoritário apoio e carinho d@s estudantes. A vida segue. Sigamos junt@s. Democracia é assim”, disse Rosana em post no Facebook.



# Adufg SINDICATO prestação de contas

## MAIO de 2016

|           |  |            |
|-----------|--|------------|
| 1         | Arrecadação, Rendimentos Financeiros e Outros    |            |
| 1.1       | Contribuição Filiações - Mensalidades            | 262.874,40 |
| 1.2       | Ingressos, Eventos e Festas                      | 3.211,00   |
| 1.3       | Receita com Pró Labore Seguro de Vida            | 1.721,52   |
| 1.4       | Receitas Financeiras                             | 6.233,33   |
| 1.5       | Outras Receitas                                  | 3.816,50   |
| 1.6       | Resgate de aplicações financeiras                | 640.843,51 |
| 1.6.1     | IRRF sobre Resgate de aplicações financeiras (-) | 10.362,10  |
| Total R\$ |  | 908.338,16 |

|           |                                 |           |
|-----------|---------------------------------|-----------|
| 2         | Custos e Despesas Operacionais  |           |
| 2.1       | Despesas com Pessoal            |           |
| 2.1.1     | Salários e Ordenados            | 45.827,78 |
| 2.1.2     | Encargos Sociais                | 26.433,56 |
| 2.1.3     | Seguro de Vida                  | 451,68    |
| 2.1.4     | Outras Despesas com Pessoal     | 1.387,46  |
| 2.1.5     | Ginástica Laboral               | 550,00    |
| 2.1.6     | Férias, 13º salário e Rescisões | 5.774,68  |
| 2.1.7     | PIS s/ Folha de Pagto.          | 620,47    |
| Total R\$ |                                 | 81.045,63 |

|           |                                      |           |
|-----------|--------------------------------------|-----------|
| 2.2       | Serviços Prestados por Terceiros     |           |
| 2.2.1     | Cessão de Uso de Software            | 2.371,12  |
| 2.2.2     | Despesas com Correios                | 861,65    |
| 2.2.3     | Energia Elétrica                     | 4.187,70  |
| 2.2.4     | Honorários Advocatícios              | 8.928,00  |
| 2.2.5     | Honorários Contábeis                 | 3.080,00  |
| 2.2.6     | Locação de Equipamentos              | 465,95    |
| 2.2.7     | Serviços Gráficos                    | 6.878,31  |
| 2.2.8     | Honorários de Auditoria              | 1.510,49  |
| 2.2.9     | Tarifas Telefônicas e Internet       | 2.781,18  |
| 2.2.10    | Hospedagem/manutenção/layout do site | 2.880,00  |
| 2.2.11    | Vigilância e Segurança               | 471,63    |
| 2.2.12    | Comunicação/Rádio/TV/Jornal          | 1.399,80  |
| 2.2.13    | Serviços de Informática              | 1.000,00  |
| 2.2.14    | Outros Serviços de Terceiros         | 1.660,00  |
| 2.2.15    | Água e Esgoto                        | 540,32    |
| Total R\$ |                                      | 39.016,15 |

|           |  |           |
|-----------|--|-----------|
| 2.3       | Despesas Gerais                            |           |
| 2.3.1     | Combustíveis e Lubrificantes               | 3.412,94  |
| 2.3.2     | Despesas com Táxi                          | 404,14    |
| 2.3.3     | Despesas com Coral                         | 4.800,27  |
| 2.3.4     | Despesas com Grupo Travessias              | 2.140,15  |
| 2.3.5     | Diárias de Viagens                         | 8.540,40  |
| 2.3.6     | Tarifas Bancárias                          | 178,97    |
| 2.3.7     | Lanches e Refeições                        | 1.313,34  |
| 2.3.8     | Quintart                                   | 3.371,16  |
| 2.3.9     | Patrocínios e Doações                      | 4.550,00  |
| 2.3.10    | Manutenção de Veículos                     | 6.098,19  |
| 2.3.11    | Festas/Reuniões                            | 983,27    |
| 2.3.12    | Festa Final de Ano                         | 0,00      |
| 2.3.13    | Passagens Aéreas e Terrestres              | 2.122,90  |
| 2.3.14    | Gêneros de Alimentação e Copa              | 1.097,56  |
| 2.3.15    | Despesas com manutenção Sede Campeste      | 7.666,90  |
| 2.3.16    | Hospedagens Hotéis                         | 733,00    |
| 2.3.17    | Material de expediente                     | 1.120,80  |
| 2.3.18    | Outras despesas diversas                   | 1.816,95  |
| 2.3.19    | Manutenção e Conservação                   | 3.891,12  |
| 2.3.20    | Homenagens e Condecorações                 | 0,00      |
| 2.3.21    | Despesas com Sede Adm. Jataí               | 2.761,64  |
| 2.3.22    | Despesas com cursos para aposentados       | 0,00      |
| 2.3.23    | Cópias e autenticações                     | 25,10     |
| 2.3.24    | Sabadart/Festa Final de Ano Jataí          | 2.965,70  |
| 2.3.25    | Despesas com Greve                         | 0,00      |
| 2.3.26    | Despesas com Espaço Saúde                  | 103,95    |
| 2.3.27    | Despesas com atividades do Espaço Cultural | 720,00    |
| Total R\$ |  | 60.818,45 |

|           |  |          |
|-----------|--|----------|
| 2.4       | Despesas Tributárias                     |          |
| 2.4.1     | IR sobre Folha de Pagto/Férias/Rescisões | 2.755,70 |
| 2.4.2     | Outras Despesas Tributárias              | 269,73   |
| Total R\$ |  | 3.025,43 |

|           |                                       |           |
|-----------|---------------------------------------|-----------|
| 2.5       | Repasso Fundo Social e Contribuições  |           |
| 2.5.1     | Repasso para C/C Fundo Social         | 10.431,34 |
| 2.5.2     | CUT - Central Única dos Trabalhadores | 3.733,54  |
| 2.5.3     | Proifes Federação                     | 23.470,51 |
| Total R\$ |                                       | 37.635,39 |

|  |  |            |
|--|--|------------|
| Total Geral dos Custos e Despesas Operacionais |  | 221.541,05 |
|--|--|------------|

|   |                                      |            |
|---|--------------------------------------|------------|
| 3 | Resultado do exercício 05.2016 (1-2) | 686.797,11 |
|---|--------------------------------------|------------|

|           |                             |            |
|-----------|-----------------------------|------------|
| 4         | Atividades de Investimentos |            |
| 4.1       | Imobilizado                 |            |
| 4.1.1     | Construções e Edificações   | 127.110,70 |
| 4.1.2     | Máquinas e Equipamentos     | 0,00       |
| 4.1.3     | Veículos                    | 0,00       |
| 4.1.4     | Móveis e Utensílios         | 22.408,00  |
| 4.1.5     | Computadores e Periféricos  | 0,00       |
| 4.1.6     | Outras Imobilizações        | 0,00       |
| Total R\$ |                             | 149.518,70 |

|           |                         |      |
|-----------|-------------------------|------|
| 4.2       | Intangível              |      |
| 4.2.1     | Programas de Computador | 0,00 |
| Total R\$ |                         | 0,00 |

|           |                        |            |
|-----------|------------------------|------------|
| 4.3       | Aplicações Financeiras |            |
| 4.3.1     | Aplicação CDB          | 540.000,00 |
| Total R\$ |                        | 540.000,00 |

|                                   |  |            |
|-----------------------------------|--|------------|
| Total Geral dos Investimentos R\$ |  | 689.518,70 |
| 5                                 | Resultado Geral do exercício 05.2016 (3-4) | -2.721,59  |

## JUNHO de 2016

|           |  |            |
|-----------|--|------------|
| 1         | Arrecadação, Rendimentos Financeiros e Outros        |            |
| 1.1       | Contribuição Filiações - Mensalidades                | 263.368,51 |
| 1.2       | Ingressos, Eventos e Festas                          | 0,00       |
| 1.3       | Receita com Pró Labore Seguro de Vida                | 1.668,00   |
| 1.4       | Receitas Financeiras                                 | 6.293,01   |
| 1.5       | Outras Receitas                                      | 532,33     |
| 1.6       | Resgate de aplicações financeiras                    | 131.217,08 |
| 1.6.1     | IRRF/IOF sobre Resgate de aplicações financeiras (-) | 359,51     |
| Total R\$ |  | 402.719,42 |

|           |                                 |            |
|-----------|---------------------------------|------------|
| 2         | Custos e Despesas Operacionais  |            |
| 2.1       | Despesas com Pessoal            |            |
| 2.1.1     | Salários e Ordenados            | 48.623,11  |
| 2.1.2     | Encargos Sociais                | 30.677,08  |
| 2.1.3     | Seguro de Vida                  | 434,14     |
| 2.1.4     | Outras Despesas com Pessoal     | 7.293,90   |
| 2.1.5     | Ginástica Laboral               | 550,00     |
| 2.1.6     | Férias, 13º salário e Rescisões | 19.243,67  |
| 2.1.7     | PIS s/ Folha de Pagto.          | 848,53     |
| Total R\$ |                                 | 107.670,43 |

|           |                                      |           |
|-----------|--------------------------------------|-----------|
| 2.2       | Serviços Prestados por Terceiros     |           |
| 2.2.1     | Cessão de Uso de Software            | 1.794,08  |
| 2.2.2     | Despesas com Correios                | 3.278,76  |
| 2.2.3     | Energia Elétrica                     | 2.998,99  |
| 2.2.4     | Honorários Advocatícios              | 8.042,80  |
| 2.2.5     | Honorários Contábeis                 | 3.080,00  |
| 2.2.6     | Locação de Equipamentos              | 465,95    |
| 2.2.7     | Serviços Gráficos                    | 1.605,00  |
| 2.2.8     | Honorários de Auditoria              | 1.510,19  |
| 2.2.9     | Tarifas Telefônicas e Internet       | 2.734,62  |
| 2.2.10    | Hospedagem/manutenção/layout do site | 2.880,00  |
| 2.2.11    | Vigilância e Segurança               | 471,63    |
| 2.2.12    | Comunicação/Rádio/TV/Jornal          | 0,00      |
| 2.2.13    | Serviços de Informática              | 1.435,48  |
| 2.2.14    | Outros Serviços de Terceiros         | 1.600,00  |
| 2.2.15    | Água e Esgoto                        | 649,28    |
| Total R\$ |                                      | 32.546,78 |

|           |  |           |
|-----------|--|-----------|
| 2.3       | Despesas Gerais                            |           |
| 2.3.1     | Combustíveis e Lubrificantes               | 2.670,11  |
| 2.3.2     | Despesas com Táxi                          | 617,20    |
| 2.3.3     | Despesas com Coral                         | 2.934,07  |
| 2.3.4     | Despesas com Grupo Travessias              | 1.115,02  |
| 2.3.5     | Diárias de Viagens                         | 7.911,40  |
| 2.3.6     | Tarifas Bancárias                          | 144,39    |
| 2.3.7     | Lanches e Refeições                        | 1.667,44  |
| 2.3.8     | Sabadart Junino                            | 7.388,22  |
| 2.3.9     | Patrocínios e Doações                      | 6.685,00  |
| 2.3.10    | Manutenção de Veículos                     | 105,00    |
| 2.3.11    | Festas/Reuniões                            | 386,08    |
| 2.3.12    | Festa Final de Ano                         | 0,00      |
| 2.3.13    | Passagens Aéreas e Terrestres              | 13.986,69 |
| 2.3.14    | Gêneros de Alimentação e Copa              | 156,44    |
| 2.3.15    | Despesas com manutenção Sede Campeste      | 8.483,10  |
| 2.3.16    | Hospedagens Hotéis                         | 2.796,50  |
| 2.3.17    | Material de expediente                     | 724,61    |
| 2.3.18    | Outras despesas diversas                   | 3.148,38  |
| 2.3.19    | Manutenção e Conservação                   | 5.502,03  |
| 2.3.20    | Homenagens e Condecorações                 | 1.200,00  |
| 2.3.21    | Despesas com Sede Adm. Jataí               | 2.100,83  |
| 2.3.22    | Despesas com cursos para aposentados       | 0,00      |
| 2.3.23    | Cópias e autenticações                     | 398,37    |
| 2.3.24    | Sabadart/Festa Final de Ano Jataí          | 440,00    |
| 2.3.25    | Despesas com Greve                         | 0,00      |
| 2.3.26    | Despesas com Espaço Saúde                  | 120,00    |
| 2.3.27    | Despesas com atividades do Espaço Cultural | 1.610,00  |
| Total R\$ |  | 72.290,88 |

|           |  |          |
|-----------|--|----------|
| 2.4       | Despesas Tributárias                     |          |
| 2.4.1     | IR sobre Folha de Pagto/Férias/Rescisões | 2.767,74 |
| 2.4.2     | Outras Despesas Tributárias              | 667,29   |
| Total R\$ |  | 3.435,03 |

|           |                                       |           |
|-----------|---------------------------------------|-----------|
| 2.5       | Repasso Fundo Social e Contribuições  |           |
| 2.5.1     | Repasso para C/C Fundo Social         | 10.517,22 |
| 2.5.2     | CUT - Central Única dos Trabalhadores | 0,00      |
| 2.5.3     | Proifes Federação                     | 23.663,75 |
| Total R\$ |                                       | 34.180,97 |

|  |  |            |
|--|--|------------|
| Total Geral dos Custos e Despesas Operacionais |  | 250.124,09 |
|--|--|------------|

|   |                                      |            |
|---|--------------------------------------|------------|
| 3 | Resultado do exercício 06.2016 (1-2) | 152.595,33 |
|---|--------------------------------------|------------|

|           |                             |            |
|-----------|-----------------------------|------------|
| 4         | Atividades de Investimentos |            |
| 4.1       | Imobilizado                 |            |
| 4.1.1     | Construções e Edificações   | 111.055,71 |
| 4.1.2     | Máquinas e Equipamentos     | 300,00     |
| 4.1.3     | Veículos                    | 0,00       |
| 4.1.4     | Móveis e Utensílios         | 9.317,00   |
| 4.1.5     | Computadores e Periféricos  | 0,00       |
| 4.1.6     | Outras Imobilizações        | 11.000,00  |
| Total R\$ |                             | 131.672,71 |

|           |                         |      |
|-----------|-------------------------|------|
| 4.2       | Intangível              |      |
| 4.2.1     | Programas de Computador | 0,00 |
| Total R\$ |                         | 0,00 |

|           |                        |           |
|-----------|------------------------|-----------|
| 4.3       | Aplicações Financeiras |           |
| 4.3.1     | Aplicação FIC GIRO     | 50.000,00 |
| Total R\$ |                        | 50.000,00 |

|                                   |  |            |
|-----------------------------------|--|------------|
| Total Geral dos Investimentos R\$ |  | 181.672,71 |
| 5                                 | Resultado Geral do exercício 06.2016 (3-4) | -29.077,38 |



**Everton Sotto**  
Tibiriçá Rosa\*

# PEC 241/PEC 55: Diagnóstico equivocado e solução ineficaz

A Proposta de Emenda Constitucional em tramitação no Senado (PEC 55, antiga PEC 241 na Câmara dos Deputados) tem como objetivos: (1) a definição de uma regra fiscal de expansão das despesas primárias totais do governo para os próximos 20 anos; (2) a “redução substancial da despesa primária em proporção do PIB” neste período; (3) a redução da dívida pública e da taxa de juro básica a médio e longo prazo; (4) a retomada do crescimento econômico induzido pela recuperação do investimento propiciada idealmente pela retomada da “confiança” e das menores taxas de juros da economia.

Vamos ponto a ponto:

1. A regra fiscal dessa PEC objetiva uma expansão de 0% das despesas primárias em termos reais, isto é, o “bolo” representado por todas as políticas públicas que configuram o compromisso do Estado com os seus cidadãos, tal como expresso na Constituição Federal (CF) de 1988, não irá crescer de verdade. O “bolo” vai apenas acompanhar a inflação medida pelo IPCA, enquanto a população brasileira continuará crescendo e vivendo mais (envelhecendo). Em outras palavras, a PEC 241/PEC 55 vem para garantir que a construção da Nação prevista na CF/1988 seja interrompida por duas décadas, para daí ser retomada. Com fins de redução do déficit primário (da defasagem entre receitas e despesas antes dos direitos e deveres financeiros), os demais déficits (habitacional, educacional, de saúde, infraestrutura, seguridade social) serão mantidos e ampliados. Assim, a garantia de direitos universais aos cidadãos será revogada temporariamente para sustentar os direitos vinculados ao processo de endividamento proposital, caro e desnecessário que vem ocorrendo na economia brasileira desde 1994.

2. O objetivo de reduzir substancialmente a participação das políticas públicas no PIB pareceria salutar caso as nações mais desenvolvidas do mundo (membros da OCDE) e as emergentes apresentassem espaço reduzido dos gastos do Estado na economia. No entanto, frente à realidade observada de Estados que têm despesas totais em torno de 30 e 50% do PIB (sendo que a maior parte são despesas primárias e não financeiras), a PEC 241/PEC 55 parece nos distanciar do caminho do desenvolvimento perseguido pelos EUA, nações europeias e asiáticas (como o Japão e a Coreia do Sul) e por nós mesmos ao longo do século XX e nestes últimos 15 anos. Na verdade, a PEC irá garantir que o Brasil se aproxime das nações mais carentes do mundo em termos de desenvolvimento econômico, de seguridade social, de bens públicos e de Estado de Direito, isso é, as nações marginalizadas da África, América Latina, Ásia e do Oriente Médio (justamente as que se encontram entre as mais pobres do mundo) e que apresentam Estados com tamanho reduzido, com despesas inferiores a 16% do PIB.

3. A prometida redução da dívida pública e da taxa de juros a médio e longo prazo, como é retratado na PEC 241/PEC 55, compartilha da mesma ilusão que levou o Brasil a adotar a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) nos idos do Plano Real. Não que o objetivo destas reformas seja desinteressante ou indesejado: equilíbrio das contas públicas, responsabilidade do gestor público e busca de eficiência. O problema é que a LRF e a presente PEC partem de premissas equivocadas do ponto da teoria econômica, da economia do mundo real e da história econômica (equivocam-se no plano abstrato, prático e histórico). Elas supõem que o Estado se endivida porque “gasta demais” ou porque “gasta de forma ineficiente”, enquanto que ignoram o efeito das flutuações econômicas e do ciclo econômico que colocam em xeque o planejamento e as contas do gestor mais “eficiente” da iniciativa pri-

vada (por sinal, muitos dos quais são salvos pelo Estado nos momentos de crise econômica, no Brasil e no Mundo). A PEC 241/PEC 55 parece esquecer que o Estado não é uma empresa ou uma família, ninguém o socorre na crise, mas ele é obrigado a socorrer o setor privado para evitar as mazelas sociais e econômicas de uma depressão. Enquanto famílias e empresários podem cortar gastos, caso o Estado faça isso, ele realimentará o processo de ociosidade da atividade econômica, desocupando capacidade produtiva e retardando o processo de investimento (a propósito, quem investe quando o que já existe é redundante, aquém do necessário e sem previsão de lucratividade suficiente?). Ou seja, em momentos de desafio econômico, o Estado terá que se endividar mais, seja porque suas receitas caíram involuntariamente (queda da arrecadação por queda do PIB), seja porque ele renunciou receitas para aliviar a pressão depressiva da estagnação econômica sobre a iniciativa privada, seja porque ele assume a liderança na recuperação do nível de gastos da economia (comprando das empresas ou fazendo ele mesmo os investimentos).

4. Por fim, o equívoco maior da PEC, em termos econômicos, encontra-se em duas dimensões: (a) na suposição de uma cadeia de eventos que deve ocorrer tal como previsto para que a economia brasileira volte a crescer; e (b) de que não existe poder econômico interferindo na definição da taxa de juros básica, a despeito do nível da dívida pública (mesmo esta seja factível com a posição de uma economia que é a 9ª do mundo, 2015). Supõe-se que uma reforma de “médio e longo prazo” nas finanças públicas elevará a “confiança” dos financistas e banqueiros a ponto destes desejarem voluntariamente uma taxa de juros menor (ganhos menores para eles mesmos) no país que paga as maiores taxas de juros do mundo a mais de uma década, reduzindo o custo do dinheiro e, assim, contribuindo para elevar o nível de investimento e recuperar o crescimento econômico a médio e longo prazo (e não agora, quando mais se precisa!).

A teoria, a prática e a história demonstram que uma economia que está encolhendo precisa desesperadamente da elevação dos níveis de gastos para validar a sua capacidade econômica existente (investimentos realizados no passado e empregos existentes no presente), para poder começar a pensar em elevá-la no futuro. Também demonstram que o Estado é o único agente que pode elevar efetivamente os investimentos da economia em volume suficiente quando a iniciativa privada busca se reequilibrar e aguarda a melhoria do cenário econômico para se arriscar. Não se restaura a confiança dos que conduzem a atividade produtiva sem se elevar os lucros do sistema e não se eleva os lucros do sistema sem se elevar os gastos.

A PEC 241/PEC 55 é ineficaz porque coloca como “resultado esperado” o que deveria ser a “medida inicial do processo de ajuste econômico”: a elevação do investimento. O equilíbrio das contas públicas, a retomada do crescimento e a queda da percepção de risco e taxa de juros só ocorreram quando o volume de investimento se elevou. Este só ocorrerá se o Estado conduzir o processo, mesmo se endividando mais no início do ajuste, inclusive para incentivar os empresários. Essa é a lição da Grande Depressão, das duas Guerras Mundiais, da Reconstrução e Cooperação Internacional e do período de maior desenvolvimento econômico do capitalismo (1945-1980).

\*Professor da Faculdade de Administração,  
Ciências Contábeis e Ciências Econômicas (Face/UFG)

# Só o sistema financeiro

**Jornal do Professor - Países desenvolvidos usaram mecanismos parecidos com a PEC 55 para equilibrar suas economias. A PEC pode ajudar o Brasil a crescer?**

**Everton Sotto Tibiriça Rosa** - Mecanismos de controle de gastos alguns países usaram, mas nada parecido com a PEC 55 e seus 20 anos, com controle apenas das despesas primárias e não das despesas totais, além de outras particularidades. Nada se parece com que o Brasil vai adotar.

**JP - O professor defende que a PEC não é capaz de elevar investimentos. Como o país pode crescer sem aumentar a dívida?**

**Everton** - Sem o Estado aumentar a dívida, a iniciativa privada teria de aumentar seus gastos voluntariamente. O Estado não pode esperar isso acontecer. Se esperar, a atividade econômica enfraquece e o desemprego aumenta. O que defendo é que o Estado teria de aumentar o endividamento, a financiar investimentos e puxar outros investimentos privados junto. Essa é a ideia. A dívida em si não é ruim, o problema é para quem ela está sendo feita. Se for feita para financiar investimentos, a economia reage. Evidentemente que o Estado poderia elevar impostos, o que ajudaria diminuir a dívida pública e financiar investimentos. Poderíamos até usar impostos para combater a inflação, o que ficaria até mais barato que elevar a taxa de juros.

**JP - Que tipo de impostos?**

**Everton** - Só como exemplo, quando temos inflação, o Banco Central reage aumentando a taxa de juros. O problema é que isso causa uma pressão negativa sobre a demanda, ela não reduz só consumo. Antes fosse. Ela reduz investimento também, porque o custo para investimentos aumenta, então muitos empresários não se sentem estimulados nessa situação, o que poderia combater a inflação. Se a suspeita é que inflação é uma pressão de demanda, poderíamos, ao invés de encarecer o crédito, diminuir a renda disponível. Como? Por exemplo, reformando o imposto de renda, colocar alíquotas mais pesadas para rendas mais elevadas, e alíquotas menores para rendas mais baixas. Se o diagnóstico é de inflação de demanda, uma forma de combater a inflação é com impostos. Seria salutar, porque elevar taxa de juros encarece o custo do dinheiro e o custo da dívida pública, assim o Estado se prejudica duas vezes, derrubando a atividade econômica (arrecadação) e encarecendo a dívida. Se aumentar impostos sobre renda disponível, aumenta sua arrecadação e o custo com a dívida não aumenta.

**JP - E a PEC está no sentido contrário a essa ideia.**

**Everton** - Sim. Para sintetizar, a PEC é o controle das despesas primárias para dar uma folga de recursos orçamentários, com a utilização desses recursos para pagar despesas financeiras, eliminando parte da dívida pública. Reduzindo déficit primário e reduzindo a dívida pública, eles esperam que a taxa de juros da economia, a taxa básica, vai se reduzir. E com essa queda o investimento será estimulado. O problema é que tem que esperar tudo isso acontecer, e isso acontecendo (contas públicas em ordem e dívida pública menor) acreditam que fará a taxa de juros cair, quando a taxa de juros não depende disso. Mesmo que ela caia, não garante que os investimentos vão subir. O empresário analisa a oportunidade e a rentabilidade esperada. Como arrumar contas públicas e reduzir a dívida torna o negócio do empresário mais rentável?

**JP - Quais os efeitos da PEC para a iniciativa privada?**

**Everton** - O Estado é o maior agente da economia. Se a PEC congela gastos com políticas públicas, está congelando o faturamento de boa parte da iniciativa privada, porque grande parte das políticas públicas recebem produtos e serviços da iniciativa privada. Os setores que subsidiam políticas públicas vão ter perda de faturamento imediato. No governo da Dilma houve um incremento da construção civil, uma das frentes era o Minha Casa, Minha Vida, mas havia também uma série de investimentos em obras, como ferrovia, portos, aeroportos. Tudo isso é atendido pela iniciativa privada. Isso é bom para essas empresas e todas as outras que são subsidiárias a essas, gera faturamento e emprego pra todo mundo. Quando o governo diz que vai reduzir seus gastos em proporção ao PIB pelos próximos 20 anos, está dizendo que vai reduzir suas compras à iniciativa privada. Todos esses setores vão perder faturamento.



“ A INICIATIVA PRIVADA ESTÁ VENDENDO O QUE ESTÁ ACONTECENDO. EVIDENTEMENTE NÃO É A FIESP QUE É PORTA VOZ DA INICIATIVA PRIVADA. A FIESP, INFELIZMENTE, REPRESENTA MUITOS INTERESSES EXTERNOS AO EMPRESARIADO BRASILEIRO ”

# ganha com a PEC 55

Macloys Aquino

*Para o professor da Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas (Face/UFG), Everton Sotto Tibiriça Rosa, a PEC 55 é prejudicial para a economia brasileira, para a iniciativa privada e para as universidades federais. “Os recursos repassados pelo MEC já são insuficientes e esse modelo (cobrança nos cursos lato sensu) aparece como a grande solução para o problema de financiamento da universidade pública. Isso vem para ficar. Já há discussão de se cobrar mensalidade nos cursos stricto sensu. Tudo isso é inconstitucional, mas se a situação fiscal piorar, congelando gastos para educação, isso pode ser uma realidade”, prevê.*

“EMPRESÁRIOS PRODUTIVOS NÃO ESTÃO CONTENTES COM O QUE ESTÁ ACONTECENDO, MAS ELES TEM VOZ NA MÍDIA? E MUITOS TALVEZ NÃO ESTEJAM CONSCIENTES DISSO. TODOS OS QUE TEM CONTRATOS DE FORNECIMENTO COM O GOVERNO SABEM QUE VÃO PERDER”

**JP - Mas porque não vemos empresários se voltando contra a PEC?**

**Everton** - Acredito que a iniciativa privada está vendo o que está acontecendo. Evidentemente não é a Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) que é porta voz da iniciativa privada. A Fiesp, infelizmente, representa muitos interesses externos ao empresariado brasileiro. Representa interesses de empresas ligadas a grandes grupos internacionais. Então para eles é ótimo que as empresas nacionais percam participação nos gastos do Estado.

**JP - Quem ganha, afinal de contas, com a PEC?**

**Everton** - Justamente o setor que mais ganha hoje no mundo, o mercado financeiro. Multinacionais ganham, porque não dependem dos gastos do Estado para operar no Brasil. Mas quem ganha primeiro é o sistema financeiro, isso está claro no orçamento, com a taxa de juros. E também os empresários financeirizados, que tem grande parte de suas receitas de operações financeiras e não produtivas. Quem perde? As grandes empresas de infraestrutura, as que atendem hospitais, políticas educacionais e habitação. Todos esses setores estão perdendo, e isso são grupos nacionais.

**JP - Muitas dessas empresas estão envolvidas em escândalos e corrupção.**

**Everton** - Não todas. Fica nítido o envolvimento de empresas de infraestrutura, mas há muitas empresas que atendem hospitais, por exemplo, que não são empresas gigantes. Empresários produtivos não estão contentes com o que está acontecendo, mas eles têm voz na mídia? E muitos talvez não estejam conscientes disso. Agora, todos os que têm contratos de fornecimento com o governo sabem que vão perder, na verdade já estão perdendo desde 2015.

**JP - Quais os efeitos da PEC nas universidades e na capacidade do país de produzir ciência, tecnologia e inovação?**

**Everton** - Esse é outro ponto em que a PEC favorece a iniciativa privada internacional. A maior parte da pesquisa brasileira é financiada pelo Estado. Outros países tem um grande peso do Estado fazendo ou financiando pesquisa, só que como há grandes grupos privados nesses países, como Estados Unidos, eles também financiam pesquisa. No Brasil, os grandes grupos ou são estatais ou são multinacionais, que já fazem pesquisa na matriz, Alemanha, Japão, Estados Unidos. Por isso a expectativa é de que essa atividade será precarizada. Isso considerando que as universidades consigam se manter. Porque há uma crescente privatização da universidade pública. É inconstitucional que a universidade pública preste serviços pagos, como o caso da cobrança em cursos *lato sensu*. Os recursos repassados pelo MEC são insuficientes e esse modelo aparece como a grande solução para o problema de financiamento da universidade pública. Mas isso vem para ficar e acho que deve se intensificar. Já há discussão de se cobrar mensalidade nos cursos *stricto sensu*. Se a situação fiscal piorar, congelando gastos para educação, isso pode ser uma realidade.

**JP - Seria um retorno à tensão dos anos 90?**

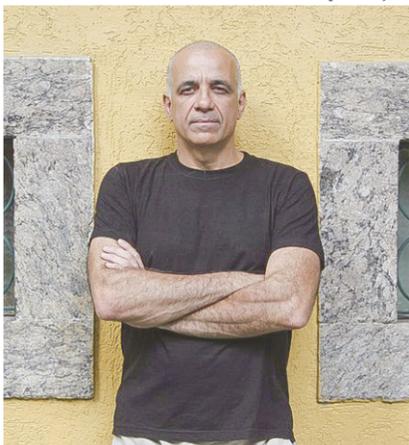
**Everton** - As universidades passaram um momento difícil nos governos Fernando Henrique. Nos governos Lula, houve um grande incentivo à expansão. Gastou-se acima do mínimo com educação e se conseguiu dar acesso ao ensino superior para pessoas em condições socioeconômicas que nem sonhariam. Esse processo será interrompido. Se esse congelamento fosse aplicado à população dos anos 70, não haveria problema. Agora, congelando com 200 milhões de brasileiros, uma população crescendo e envelhecendo, pessoas em condições sócio-econômicas menos abastadas estarão definitivamente excluídas do ensino superior gratuito. Além disso, com os gastos congelados, continuará havendo financiamento para universidades privadas?

**JP - Provavelmente não.**

**Everton** - Ou pior, provavelmente sim, retirando recursos das universidades públicas. Se congela o gasto total, os ministério vão disputar os recursos. Sobra algo para o MEC. Como ele vai escolher? Não há nenhuma certeza de que esse dinheiro virá para a universidade pública. Pode haver mais precarização a depender da política do MEC.

# A genealogia de um Estado devedor

Reprodução



Professor da UFF analisa a origem da PEC 55 na dependência do Estado ao mercado financeiro

*Estamos num momento histórico fundamental de transformação do Estado, que passa de um Estado que cobra impostos e cumpre suas funções sociais para um Estado devedor.*

*A mudança vem dos anos 80, a partir de Ronald Reagan e Margaret Thatcher, com a desregulação do mercado financeiro, que enfraqueceu o capitalismo industrial e criou a dominante elite econômica do sistema financeiro, que independe do Estado para enriquecer.*

*É o Estado que passa a depender dessa elite através de mecanismos da dívida pública, em que esses mais ricos, que não são taxados, são financiadores (credores) do Estado.*

*É mais ou menos esse o fundamento usado pelo professor Jessé de Souza, do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal Fluminense (UFF), para explicar como a PEC 55 é prejudicial para a economia brasileira:*

*“Esse ajuste fiscal é um piada, porque corta na saúde e na educação quando a raiz é deixar de cobrar imposto dos mais ricos”, disse o professor a deputados federais dias antes da votação da então PEC 241 na Câmara Federal, em audiência pública, em outubro.*

*O projeto foi aprovado em seguida, mas o JP resgata falas do professor, muito didáticas para compreensão do momento atual.*

*“No fundo, sofremos uma mudança abrupta do capitalismo nos últimos anos. Tínhamos um capitalismo em que a matriz industrial era muito mais importante, que foi dominante entre 1945 e 1975. Era um capitalismo da social democracia onde as classes capitalistas tinham lealdade nacional, ou seja, se você é o industrial, você tem interesse de que trabalhadores comprem seus produtos, que sua sociedade se desenvolva porque sua empresa se aproveita disso”.*

*“A mudança mais importante foi a partir de Reagan e Margaret Thatcher, a chamada desregulação do mercado financeiro. Desregulação é um eufemismo. Quando o Estado diz que não vai regular, significa abdicar de controle, no fundo você está legalizando a corrupção. Se você não regula e não controla, não sabe o que está acontecendo ali. A crise de 2008 mostrou que tipo de monstro estava sendo urdido nesse tipo de desregulação”.*

*“O fato é que a elite financeira não tem a lealdade nacional que a elite industrial tinha por seus próprios interesses. Os industriais tinham*

interesse em condições sociais do mercado nacional a longo prazo. A elite financeira não tem isso, ela pode investir seus lucros em outro mercado, quer dizer, é pouco para esses investidores que o Brasil entre numa crise com miséria, que dure 20, 30, 50 anos. Eles simplesmente mudam de país, eles fazem a rapina via juros – que é uma rapina nova e invisível –, que o debate político precisa tornar visível. A pessoas ainda não sabem como são exploradas nessa nova fase do capitalismo. O ponto mais importante é que essa elite financeira tem condição de chantagear o estado. Se você não cumprir tais demandas, eu invisto em outro lugar”.

*“Pelo mecanismo da dívida pública, se você não cobra os ricos, se não passa os ridículos 0,38% da CPMF, você tem que pedir emprestado pra esses ricos. Esses ricos detêm toda riqueza e o Estado não consegue mais cumprir suas funções cobrando imposto, ele tem que pedir emprestado desses ricos que deveriam ter pago imposto. A crise fiscal é isso, é o não dito. A fraude e a mentira da crise fiscal é tornar esse ponto invisível”.*

*“Quando o estado pede emprestado para os muito ricos, para cumprir as funções básicas que tem que cumprir, quer dizer, ele empresta a juros mais altos, selic e etc, é a nova forma de dominação econômica, mancomunada com a captura do sistema político pelo mercado financeiro, que é o que acontece aqui, não é, esses caras deixaram aqui um mandato para vocês. E houve gente que disse que isso ia ser bom para os muito pobres...”*

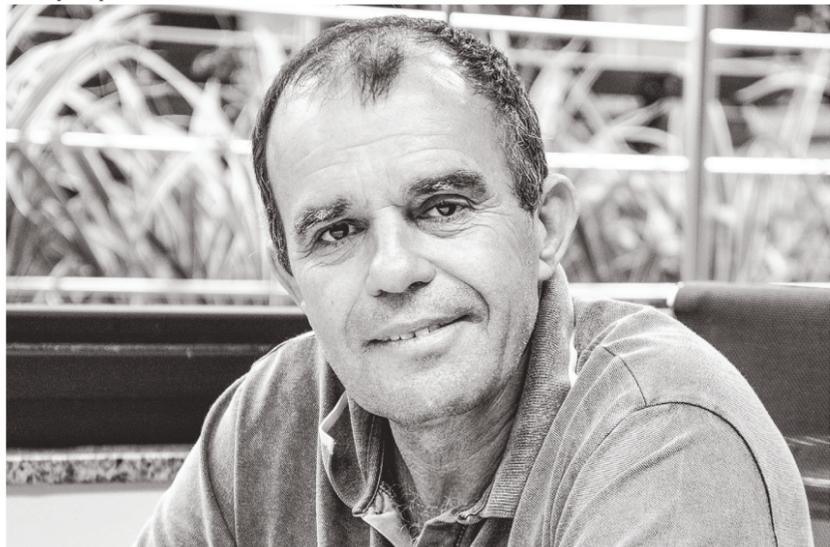
*“Estamos tocando um instante histórico em que essas duas formas de Estado estão em jogo. O que está em jogo é a captura do nascente estado social entre nós, em que 40 milhões de pessoas saíram da camada de excluídos entre nós e passaram a classe trabalhadora precária, passaram a consumir e a ter empregos formais. Não foi um investimento apenas em consumo, mas um investimento em capital cultural e conhecimento. As universidades passaram de três milhões para oito milhões de estudantes, um processo que está em risco, de qualificação de uma massa de pessoas que não tinha uso no mercado econômico. A racionalidade de uma economia é quando você capacita pessoas, incorporando alguma forma de conhecimento e que possa desenvolver suas qualidades. Estamos desfazendo as bases, que foram pequenas e que não desmontou o dado escravocrata entre nós, mas essa PEC diz que vai separar o dinheiro para os que nos compraram, comprou nosso sistema político. Saúde e educação não são gastos, são investimentos”.*

# Debate: Reforma do Ensino Médio

O JP conversou com os professores José Carlos Libâneo (FE, aposentado) e Fernando Pereira dos Santos (Cepae), sobre a reforma do Ensino Médio, e traz trechos dessas conversas. Eles têm opiniões divergentes do assunto.

A reforma foi editada por medida provisória (MP) em setembro, mas precisa ser aprovada pelo Congresso para valer em 2018. O texto prevê redução do conteúdo curricular obrigatório, a ser definido pela Base Nacional Comum Curricular, em 2017.

Macloys Aquino



## Fernando Pereira

“O modelo de educação no Brasil é o mesmo do final do século dezenove, uma escola com mesmo número de horas por dia, mesmas disciplinas. Em países desenvolvidos, meninos começam a ser dirigidos no Ensino Fundamental de acordo com suas aptidões. Não estudam para entrar na universidade, mas às vezes para cursos técnicos, e montam sua grade junto com a família e a escola, à medida que avançam. No Brasil, qualquer ensino médio é preparatório para o vestibular, como se todo mundo fosse entrar na universidade”.

“Todos os estudantes têm que ter as mesmas oportunidades, o que não quer dizer que todos devam fazer a mesma coisa. Na pseudo democracia brasileira, queremos ensinar tudo para todo mundo e acabamos não ensinamos nada para ninguém. Isso privilegia os ricos, que escolhem onde colocar os filhos, geralmente em escolas particulares, para passar no vestibular”.

“A reforma não garante nada, mas abre a possibilidade de mudar essa forma de organização do Ensino Médio, de os alunos poderem direcionar suas escolhas por disciplinas. Se eu não gosto de Matemática, não gosto de Física, por que terei de fazer a mesma Matemática ou Física que todo mundo faz? Não, vou aprender apenas noções básicas. Hoje temos treze disciplinas diferentes e a reforma não retira disciplina, ela só coloca como obrigatórias Português, Matemática e Inglês”.

“A reforma é positiva, mas é coisa para décadas. É algo discutido há pelo menos 20 anos no Brasil, no Congresso. E se não fosse por medida provisória, não sairia. Não podemos esperar mais. A média no Brasil, no Ensino Médio, é 3,4. Os alunos aprendem menos de 10% do que deveriam saber de Matemática e Português no Ensino Médio”.

“O problema da reforma é que ela não ajusta o salário dos professores. Tinha que ter um piso melhor. Professores ganham mal e têm carga excessiva. E foi um erro ter lançado a reforma sem a Base Comum Curricular”.

“A crítica à reforma, no geral, é ideológica e age como se a proposta fosse atrapalhar algo que está funcionando. Mas é o contrário, o Ensino Médio está ruim e precisa melhorar”.

Fábio Alves



## José Carlos Libâneo

“Com a reforma, o governo Temer começa a alinhar o sistema educacional à política que representa a composição de forças que o levaram ao poder, ou seja, os setores conservadores de direita. A atuação do governo na educação é parte da intervenção em outras áreas, conforme as orientações neoliberais”.

“A reforma segue as orientações do Banco Mundial, adotando um currículo instrumental ou de resultados que se destina a atender diferentes destinos sociais dos estudantes: para poucos, garantir a preparação para a universidade; para muitos, prover um conjunto de conteúdos mínimos necessários ao trabalho. Os estudantes são persuadidos a obter um diploma para passar no vestibular ou buscar um emprego, ao invés de serem motivados a estudar, desenvolver as capacidades intelectuais e a personalidade”.

“Nessa lógica, implanta-se um sistema individualizado em que o aluno escolhe disciplinas para se aprofundar, conforme seus interesses pós-ensino médio. O currículo irá reforçar o dualismo educacional em que as escolas privadas que atendem famílias de classe média alta continuarão sendo preparatórias para o vestibular e as escolas que recebem alunos pobres orientarão seu currículo para o ensino técnico voltado para o mercado de trabalho. Esse tipo de currículo não propicia os meios de desenvolver processos de pensamento que impulsionem a reflexividade e a criticidade”.

“As escolas do Ensino Fundamental e de Ensino Médio têm o objetivo específico de promover a aquisição de conhecimentos significativos e necessários ao desenvolvimento das capacidades intelectuais dos alunos. O objetivo não pode ser apenas de atender ao mercado. A negação da formação cultural e científica prejudica os alunos humana e socialmente, principalmente aqueles que já são desfavorecidos por suas condições sociais”.

“A escola deve acolher a diferença, propiciar o compartilhamento de diferentes culturas, diferentes valores, cultivar o respeito à diversidade cultural, étnica, de gênero, sexuais, religiosas, em função da formação dos processos de pensar e agir dos alunos”.



## O Cerrado em Jornalismo, Tipografia e Cordel

**Rosana Borges e Vanderley Gouveia (organizadores)**

*Gegraf/UFG - Ateliê Tipográfico da UFG / 84 páginas*

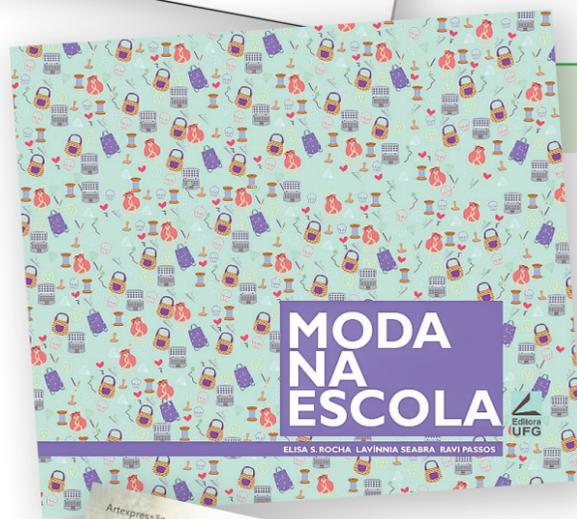
Toda impressa em tipografia no Gegraf, a coletânea chama atenção pela qualidade gráfica e pelo formato: escrita em versos, como nos cordéis. É resultado de pesquisas sobre o Cerrado, cordéis, xilogravura e produção tipográfica dentro da disciplina Jornalismo e Produção de Sentidos. Com participação de 36 estudantes, a ideia surgiu com a tese de doutoramento de Rosana Borges no Instituto de Estudos Sócio-Ambientais (Iesa/UFG), que estudou a cobertura jornalística do Cerrado, em que “veículos se atrapalham, ora falam dos desastinos e da degradação, ora exaltam as agroindústrias que se espalham”, diz trecho da apresentação.



## O topônimo Goiás: Decreto Estadual nº 1.174/ Governo do Estado de Goiás

*Gegraf/UFG - Ateliê Tipográfico da UFG / 40 páginas*

O Topônimo Goiás é singular por se tratar de uma publicação oficial que foi mandada fazer pelo governo do estado para divulgar tanto um decreto sobre a ortografia de um topônimo quanto a justificativa acadêmica que amparava esse decreto. Nesta edição parcial do folheto O Topônimo Goiás, o Ateliê Tipográfico da UFG, por considerar que era o que tinha mais substância para possíveis pesquisas linguísticas, optou por reproduzir só o decreto estadual n. 1.174, que estabelecia “Goiás” como única possibilidade de grafia para o topônimo do estado, e os pareceres de José de Sá Nunes e Antenor Nascentes. Tem a ortografia original dos três documentos.



## Moda na escola

**Elisa S. Rocha, Lavínnia Seabra e Ravi Passos / Ed. UFG / 84 páginas**

É resultado de um trabalho colaborativo que uniu profissionais da área da Educação Básica, professores da Faculdade de Artes Visuais e alunos de diferentes áreas. Fruto de inquietações dentro de uma sala de aula universitária, revela a vontade de alunos em aplicar conhecimentos adquiridos no curso de Design de Moda em professores e alunos de escolas de ensino primário público. Uma realidade que proporciona novas experiências e dinâmicas de trabalho, tanto a esse aluno oriundo do ensino superior em Design de Moda quanto ao profissional da educação primária.



## BioCyberDrama Saga (2ª edição)

**Edgar Franco e Mozart Couto / Editora UFG / 272 páginas**

Com a primeira edição lançada em 2013, BioCyberDrama Saga, em sua segunda edição, é uma narrativa em quadrinhos construída com sensibilidade em torno de questionamentos – Por que estamos aqui? Qual o sentido e a finalidade do viver, do progresso, das diferenças, da ação, do sofrimento? É possível ser feliz? É possível amar? O que é o amor? – mas voltada também às produções culturais mais recentes e significativas para a humanidade presente. A trama mescla aventura, drama, romance, filosofias, crenças, intrigas e a realidade de avançadas tecnologias provocando a reflexividade sobre nossas questões humanas fundamentais.



## Arquitetura de ruínas: delírio e devaneio na construção do espaço trágico em Lavoura Arcaica

**Fábio Tibúrcio Gonçalves / Editora UFG / Coleção Expressão Acadêmica / 172 páginas**

Resultado da dissertação de mestrado defendida em 2014, é fruto das pesquisas realizadas na área de Literatura, Memória e Identidade, no Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da Regional Catalão. A obra apresenta um estudo simultâneo do romance Lavoura Arcaica (1975), escrito por Raduan Nassar, e do filme homônimo, produzido em 2001 pelo cineasta Luiz Fernando Carvalho. A sensibilidade de poeta do autor, Fábio Tibúrcio Gonçalves, manifesta-se em sua produção teórica, transformando o texto acadêmico em uma leitura interessante, fluida e cativante, com escrita simples e direta.



Aparecida Tallon em sua casa, diante de um retrato dela pintado pela também professora e amiga Míriam Moreira

# Precursora da Moda em Goiás

Como Aparecida Tallon deu as condições para a criação do curso de Design de Moda na UFG

Maria Aparecida Tallon Lobo brincava entre araras e máquinas de costura da Capital Modas. Nos idos dos anos 50, a loja de sua mãe, a modista Eugenia Bueno Tallon, e de seu pai, o alfaiate Astolpho Tallon, era talvez a maior referência em moda em Goiânia.

Ali na confecção despertavam na criança a aptidão e o desejo que a tornariam desenhista de moda e, mais tarde, uma das responsáveis pela criação do curso de Design de Moda, uma das graduações mais bem avaliadas da UFG pelo MEC hoje.

Ainda adolescente, Aparecida desenhou modelos que, costurados pela mãe na Capital Modas, vestiram moças em bailes sociais e concursos de moda do Jockey Club. “Não chegavam a ser concursos de moda, tinha miss brotinho, baile da primavera, essas coisas”, contou rindo a professora aposentada, hoje com 82 anos. “Eu usava meus modelos, tinha cada vestido mais lindo que o outro. A gente passeava na Avenida Goiás, no Teatro Goiânia... Minhas amigas usavam meus modelos desde meninotas”, lembra.

Adulta, formada em Professorado de Desenho pela antiga UCG (Universidade Católica de Goiás) e já professora de Desenho da antiga Escola Técnica Federal de Goiás (hoje IFG), juntou-se à amiga e também professora Míriam Moreira Mendonça para propor o curso livre de Figurinismo à então Faculdade de Artes, hoje FAV/UFG.

A ideia do curso, semente do curso de Design de Moda, foi discutida por Aparecida com o Sindicato da Indústria das Confeccões e proposta à universidade, que criou o curso livre de Figurinismo em 1984. Não era uma graduação, o curso visava justamente atender às necessidades da indústria confeccionista goiana.

“Fazer moda é criar, estudar profundamente as tendências e inventar alguma coisa inédita, conservando um estilo elegante, mas original”, disse a professora Míriam Moreira a uma antiga edição do *Jornal do Sindicato da Indústria das Confeccões*. Queriam conscientizar para a importância do figurinismo, numa época de expansão de confeccões em Goiás.

“Hoje modernizou, tudo ficou mais simples, pessoas andam de camiseta na rua. Antigamente as pessoas eram mais requintadas para se vestir”, diz Aparecida, que hoje acompanha moda pela televisão.

Debutante usa modelo desenhado pela professora Aparecida Tallon, em festa realizada em 1962



Arquivo Pessoal



Aparecida com 15 anos veste modelo desenhado por ela e costurado na Capital Modas por sua mãe

Arquivo Pessoal

Macloys Aquino



# ‘Fotografia é feijão e sonho’

A paixão de Rosary Esteves pela imagem

“Fotografia pra mim é o feijão e o sonho. Eu vivo de fotografia, eu sonho com fotografia”, dizia Rosary Esteves numa manhã de outubro, depois de uma noite mal dormida, quase perdida nas preocupações em torno da produção de uma foto. “Perdi o sono pensando em como iluminar, enquadrar”, disse a professora aposentada do antigo ICHL.

Sua inclinação para a imagem vem de menina, quando decidiu estudar Artes Visuais na antiga UCG (hoje PUC), mas a dedicação à fotografia surgiu aos 30 anos, já casada e com as duas filhas, Raquel e Regina Esteves, também fotógrafas e suas sócias na Casa da Fotografia, uma escola que mantém desde início dos anos 2000.

Rosary tem milhares de fotos de gente, de paisagens das dezenas de países visitados, objetos, festas populares, fotos difíceis e desafiantes. “Só não faço casamento, batizado, aniversário. E não fotografo bebês, não tenho paciência. Se um parente pede pra fotografar um evento, eu vou com má vontade”, conta.

Ela hoje se dedica às produções de estúdio, fotografias publicitárias. “Eu gosto do Photoshop, interfiro, manipulo foto, não sou fotógrafa naturalista. Sempre manipulei, mesmo no laboratório preto e branco, adoro. É um caminho diferente da documentação. Mas manipulo o que é manipulável, em busca de um efeito estético, um resultado interessante”, explica.

“Até porque a fotografia é uma mentira, filosoficamente. Você pode fazer um registro, uma foto-documental, por exemplo, mas o seu olhar sempre interfere. Se eu uso uma grande angular, se eu agacho, se faço uma

“ EU GOSTO DO  
PHOTOSHOP,  
INTERFIRO,  
MANIPULO  
FOTO, NÃO SOU  
FOTÓGRAFA  
NATURALISTA.  
SEMPRE MANIPULEI,  
MESMO NO  
LABORATÓRIO  
PRETO E BRANCO,  
ADORO ”

foto de baixo pra cima, são escolhas que dão expressividades diferentes. Não acredito na fotografia apolítica, o meu olhar é sempre um olhar político”, reflete.

Na PUC, na UFG ou na Casa da Fotografia, Rosary formou gerações de fotógrafos em atividade em Goiás e no Brasil. Mas sua lembrança da UFG é especial. “Nos amávamos no ICHL, tenho amigos da época até hoje. A turma de Rádio (e TV) virava aquela faculdade, saímos pra fotografar e filmar, estampávamos o ICHL de fotos. Acho que o período mais feliz da minha vida foi a década de 80”, diz.

“Fazíamos tudo com apoio da universidade, cobríamos festas populares, parques nacionais. A universidade dava todo apoio, não posso reclamar. Claro que eu queria que as coisas funcionassem, então eu me virava, as máquinas estavam sempre estragadas, eu pagava pra consertar, porque até fazer uma licitação pra arrumar...”. Ela deu aula na UFG de 1977 a 1993.

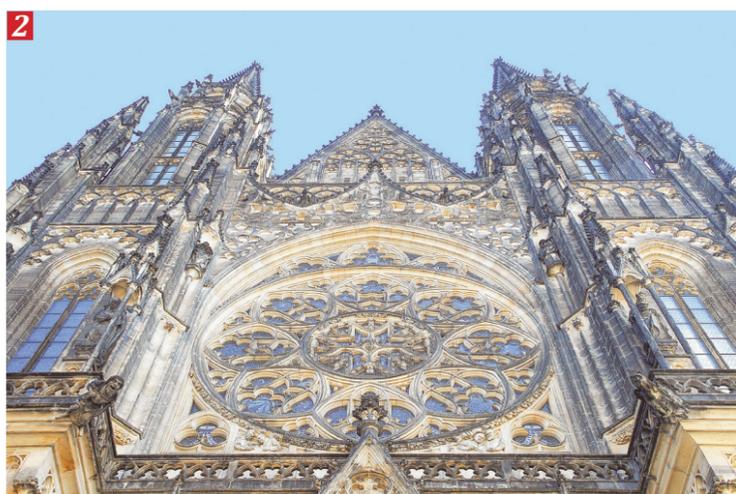
Rosary soltou mais um dos seus vários sorrisos naquela manhã de outubro quando eu disse que ficaria sem graça de fotografar uma fotógrafa tão importante. “Que nada! Eu te dou a luz e o enquadramento, você só vai clicar”, disse. Está aí na página o resultado.

“Sou pura intuição. Deve ser do meu signo, peixes. Uma vez fomos fotografar uma caverna em Terra Ronca e, no final, estava tudo jogado, uma bagunça, tripé pra um lado, capa de máquina pro outro. Eu falei ‘ó, eu sei porque eu sou assim, é por causa do meu signo maldito’. Mas todos eram peixes. Loucura. Eu tenho muito aluno de peixes... E aquele trabalho ficou lindo”, conta.



# O olhar de Rosary Esteves

O JP republica fotos de destaque da professora aposentada



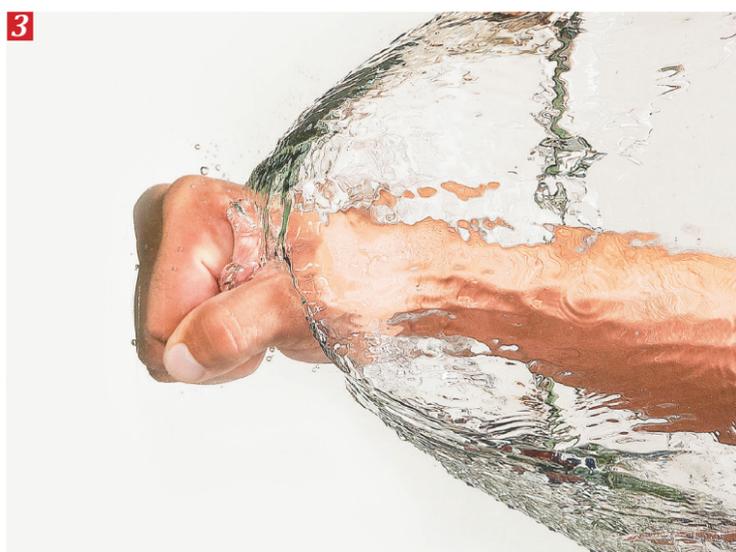
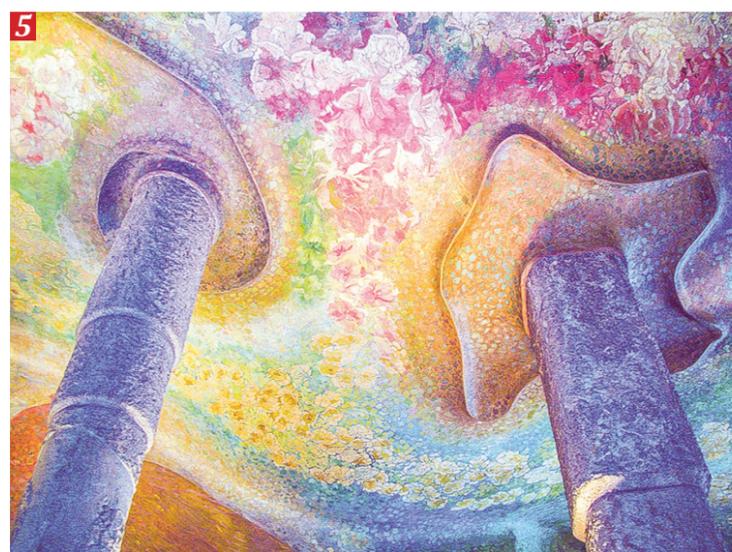
**Foto 1**  
Pés de morador de rua, em frente à Casa da Fotografia

**Foto 2**  
Catetral em Praga

**Foto 3**  
Splash feito no estúdio da Casa da Fotografia

**Foto 4**  
Região dos Fiordes, na Noruega

**Foto 5**  
Casa Batlló, de Gaudi, em Barcelona



## Adufg na história

Passagens e memórias da construção do sindicato

Fotos: Arquivo/Adufg Sindicato

# A volta do fantasma da privatização

Docentes mais antigos têm resgatado as dificuldades e as angústias dos anos 1990/2000 para explicar o momento atual da universidade. Nos governos de Fernando Henrique Cardoso (PSDB), entre 1995 e 2003, as universidades federais eram pequenas, restritas à elite, com 30% de docentes substitutos, péssimas condições de trabalho, pouca infraestrutura.

São na verdade momentos muito diferentes. O contexto hoje é de uma universidade pública expandida, acessível e inclusiva, com uma maioria de estudantes de classes menos favorecidas economicamente e com uma quantidade satisfatória de docentes.

A semelhança talvez esteja no projeto liberal e na ameaça de privatização, uma concepção governamental ideológica que volta a assombrar. O projeto de expansão e de inclusão das universidades é ameaçado pela PEC 55 e por discursos cada vez mais presentes na mídia de financiamento privado e cobrança de mensalidade.

“Entrei na UFG em 1998 e era uma situação grave, porque o salário era muito baixo e a universidade era sucateada, não tinha verba para pesquisa e as bolsas eram escassas. Hoje a situação não é essa, os salários estão melhores, muito melhores se comparados aos da época. Temos infraestrutura razoável

comparada com aquela, a melhora foi substancial. A universidade era bem menor e a quantidade de professores era bem menor”, conta João de Deus, que presidiu a Adufg de 2001 a 2003.

“A preocupação é o retorno. FHC tentou fazer com que a universidade deixasse de ser gratuita. Seria pública, mas paga. O ministro da educação na época, Paulo Renato, dizia que 40% dos custos da universidade seriam pagos com mensalidades. É um fantasma que ronda a universidade nesse momento”, teme.

“A universidade tem quadros fantásticos e o papel que essas pessoas poderiam desempenhar na divulgação dos nossos problemas seria uma saída. A universidade tem de assumir seu papel de formadora de opinião. Veja a imagem que os artistas colaram em Michel Temer lá fora”, exemplifica o professor do Iesa.

“O próprio sindicato era descredenciado, éramos pequenos, não tínhamos a filiação que temos hoje e grande parte dos contratos de docentes eram precários”, diz Reginaldo Nassar, que presidiu a Adufg de 1995 a 1997, e de 1999 a 2001. “Hoje temos um sindicato fortalecido, uma base sindical forte. São dois fatores que eu não tinha na época do enfrentamento liberal”, diz o professor do ICB.



Técnico-administrativos fazem enterro simbólico de FHC



João de Deus, quando presidente da Adufg: “FHC tentou fazer com que a universidade deixasse de ser gratuita. Seria pública, mas paga”



Docentes da Escola de Veterinária fazem protesto em frente à Assembleia Legislativa, no final dos anos 90